

Em torno dos inquéritos paroquiais
Uma fonte para o conhecimento
do espaço litoral

Helena Osswald

Em torno dos inquéritos paroquiais

Uma fonte para o conhecimento do espaço litoral

Helena Osswald*

Os contextos de produção da fonte estão relativamente esclarecidos no que diz respeito ao processo que despoletou o envio dos inquéritos de que as *Memórias* são as respostas. O trabalho mais sistemático de crítica e reconstituição do processo de produção e arquivo da fonte deve-se a Maria José Bigotte Chorão (1987), que esclarece dados importantes “da genealogia” de vários inquéritos promovidos pela Coroa¹.

Leite de Vasconcelos e Pedro de Azevedo (1895) foram percussores na divulgação dos elos mais significativos no processo da produção da fonte. A sua atenção tinha recaído sobre as *Memórias* a partir da leitura da *Chorografia* de João Maria Baptista e pelo facto de Emílio Hübner ter retirado aqui e ali dados para o *Corpus Inscriptione Latinorum*.

As *Memórias* apresentaram-se, ao longo dos tempos, aos curiosos e estudiosos da história local como seguras e dignas de confiança. Tornaram-se uma autoridade em assuntos de história local. Tratam tantos assuntos que permitiram encontrar, de forma satisfatória, as respostas a grande parte das questões que um crescente interesse pelo passado local despoletara, e sem que os autores das monografias se dessem conta disso, foram moldando essa curiosidade pelos questionários setecentistas que estão na base destas *Memórias*.

Recentemente alguns historiadores têm vindo a dar um tratamento sistemático a estas fontes em trabalhos sobre espaços geográficos relativamente vastos, e desenhados segundo determinados critérios de pesquisa, para darem resposta a questões de investigação de fundo, utilizando métodos de cruzamento de variadas fontes e em termos de uma história serial. Veja-se o caso do estudo das Beiras de Nunes de Oliveira (1997) ou o da Provedoria de Aveiro de Inês Amorim (1995).

As obras corográficas do século XVIII, sobretudo a do Pe. Carvalho da Costa (1706/1712) e o Dicionário do Pe. Luís Cardoso (1747/1751), receberam a adesão de um vasto segmento do público leitor e tiveram uma divulgação que se projectaria para o século seguinte. As *Memórias* de 1758 representaram mais um elemento neste tipo de literatura, que tantos cultores tinha, num processo demorado de que vale a pena relembrar as datas mais destacadas: a sua compilação estava finalmente pronta nos anos, conturbados e pouco propícios a trabalhos

* Departamento de História FLUP / IHM-UP.

¹ Subsistem alguns problemas que merecem, certamente, a atenção de quem se debruça sobre estas fontes. Por exemplo, como se fizeram reconstituições de dados para freguesias cujos originais parecem ter desaparecido? Como é que outros que não os párocos surgem como autores das respostas nas *Memórias*. Veja-se o caso da Póvoa de Varzim, entre outros.

deste tipo, de 1832², cerca de setenta anos após a sua feitura, e, mais de um século depois, reconhecia-se, finalmente, o seu valor.

Os caminhos da descrição corográfica, há muito traçados, - e de que se tornara um expoente a obra do Pe. Carvalho da Costa, daí em diante e por largo tempo, modelo de trabalhos do género - acrescentados de todo o rigor que os novos interesses mais científicos possibilitaram, assim como a clara assunção pelo poder de que a geografia matemática e sobretudo a cartografia poderiam sustentar melhor as pretensões de soberania e o exercício de poder sobre os povos, permitiram um novo formato: o das corografias com entradas toponímicas ordenadas alfabeticamente. Estes desígnios obrigavam a um aturado trabalho de campo de recolha minuciosa dos próprios topónimos e das suas características enquanto lugares de vivência de uma comunidade. Os prontuários das terras de Portugal do século XVII tinham sido um primeiro ensaio da tarefa imensa que restava por fazer. Dos trabalhos da Academia Real de História sobressaem as recolhas documentais com o propósito de servirem à feitura de uma história e de uma geografia geral do reino. À sombra da Academia, e levado a cabo por gente que ganhará nome nestas lides, faz-se o levantamento exaustivo, no campo, das coordenadas geográficas. As tarefas de que se encarregam Azevedo Fortes e outros padres matemáticos permitem a Caetano de Lima (1736) a publicação da lista das latitudes, inserta na sua Geografia.

Os inquéritos acabarão por desembocar nas instruções com que os juizes demarcantes das comarcas no final do século XVIII partem para a viagem pelo próprio reino. Pelo caminho fica toda uma aprendizagem levada a cabo no levantamento cartográfico do Brasil, mas também de toda a realidade que se inscreve no espaço rigorosamente desenhado nos inquéritos económicos, populacionais, etc., do reino e conquistas.

No inquérito de 1758 enviado aos párocos e dividido em três grandes secções nota-se um interesse especial pelos elementos que permitem descrever o espaço, certamente com o intuito de o apreender. Em 36 (60%) questões do corpo total do interrogatório, composto por 60 perguntas, o inquiridor quis centrar a atenção nos aspectos topográficos, orológicos e hidrográficos. Na primeira secção não se suspeitaria deste interesse já que ao longo das 27 perguntas só três são dedicadas ao tema, mas na segunda e terceira secção, tituladas de “serra” e “rio”, as três questões da primeira parte desdobram-se em 13 e 20 questões, respectivamente, que orientam a descrição particularizada das freguesias. No entender do inquiridor o espaço extravasa porém estes aspectos. A primeira parte do questionário elucida claramente a posição assumida.

Uma parte da primeira secção, denominada “a terra”, confere um sentido muito lato ao termo já que implica a comunidade humana, o espaço geográfico, o espaço administrativo, o espaço militar e político. Retoma ainda os antigos interesses das corografias: inquire-se sobre os notáveis e as notabilidades locais (que permitem o encher do peito cheio de orgulho dos “nacionais”, que permitem a repetição da lenda e do fantasiado local). Identifica a freguesia por nome, orago, direitos de apresentação do pároco, pertença senhorial, divisão administrativa-judicial e militar, divisão religiosa. Mas vai um pouco mais longe ao pedir uma identificação

² O oratoriano anónimo que pacientemente, e como hoje se sabe nem sempre segundo os critérios mais rigorosos, levou a cabo esta tarefa merece sem dúvida um trabalho de pesquisa que o possa retirar da sombra do Pe. Luís Cardoso.

que passa pela indicação do número de fogos e almas, claramente sublinhando o interesse pela totalidade dos que habitam e moldam este espaço. Identidade que se prolonga também nas transformações do espaço natural através das práticas agrícolas e outras actividades de exploração, através da transformação das barreiras físicas que separam ou impedem a circulação (pontes, portos, diques, feiras, etc.) através da construção de edifícios com diversificadas funções. 19 das 27 questões da primeira secção são deste tipo. Questões que poderíamos denominar de endereçadas ao espaço e suas características físicas e humanas, desdobradas, sempre que o informador ache pertinente, nas secções II e III.

É evidente que este exercício de questionar supõe uma reflexão prévia sobre o próprio espaço, um conhecimento do mesmo e a utilização de conceitos que servem para o apreender. Neste trabalho pretende-se reencontrar estes elementos reflectidos na apreensão do espaço litoral que vai do rio Minho a Aveiro ³.

As memórias de 1758 têm a grande vantagem de “fotografarem” a totalidade do espaço num momento concreto e de curta duração: os questionários são enviados, usando um suporte impresso, em Janeiro, a todos os bispos, por um órgão central, a Secretaria dos Negócios do Reino; são distribuídos pelos mesmos bispos aos párocos com a indicação de uma data limite próxima para o seu preenchimento e subsequente entrega e reenvio para a secretaria de estado em Maio. Este factor de homogeneidade assegura impressões colhidas para um mesmo momento da vida das comunidades, e do ponto de vista do produtor da fonte, um mesmo ritmo de trabalho no ciclo da vida paroquial, caindo em parte durante a Quaresma e Páscoa do ano de 1758, quando uma série de tarefas de administração da vida da freguesia absorviam os párocos. Tal situação permitiu a utilização de dados recentemente obtidos junto das populações, como por exemplo, os dados retirados dos róis de confessados desse ano, em vias de feitura. Coincidiu também com um momento específico do trabalho agrícola e das outras fainas, comuns nestes espaços relativamente próximos, onde as variações se podem fazer sentir, mas não são determinantes. Coincidiu ainda com a vivência de um mesmo período de mudança de estação do ano: um Inverno a chegar ao fim, a deixar frescas na memória as repetições de fenómenos climáticos e de marés - de que fazem eco tantas descrições ao salientarem os perigos da costa ou a abundância de água nesta época do ano - e o anúncio de um verão, única altura propícia ao uso das praias para embarque e desembarque, o que significava a possibilidade de reatar a actividade pesqueira temporária mas importante para estas populações em práticas de rotatividade no trabalho. Aquando da decisão da Academia Real de História em enviar os interrogatórios às várias autoridades e instituições para a feitura da história eclesiástica do reino, o processo escolhido tinha sido o de se pedir o envio das respostas conforme “se forem descobrindo”, “não se deve esperar que estejam todas juntas, mas he conveniente que se mandem sucessivamente” (cit. em Chorão, 1987, p.130). A demora nas respostas terá levado nos inquéritos seguintes, como os de 1733, à estipulação de uma data limite para o envio dos textos (Chorão, 1987). A eficácia adquirida nestas experiências foi retomada em 1758. A preparação dos informadores é diferenciada e diverso foi o cuidado dos bispos posto na execução das respostas. Na arquidiocese de Braga, por exemplo, ao pároco é recomendado que assine a

³ Das 56 freguesias existentes na altura só foi recolhido até ao momento deste seminário o material relativo a 46. Faltam pois 18% dos dados. As freguesias em falta situam-se a norte de S. Fins de Belinho. O material foi recolhido por Cristina Fernandes, Fernanda Morim e Sandra Brito, colaboradoras no IHM-UP.

memória depois de dois párocos vizinhos conferirem e atestarem as declarações prestadas. Na diocese do Porto tal responsabilidade cabe exclusivamente ao pároco da freguesia. A cadeia de transmissão, a passagem do questionário de uma freguesia para a freguesia vizinha segue a ordem das visitas pastorais (também elas inquéritos à vida no âmbito da freguesia), não sendo possível assim o desvio ou perda ou demora na entrega do questionário. Cada pároco tinha de copiar o inquérito para transmitir o original ao seguinte. Não há pois no processo nada que por ser novidade possa fazer surgir dúvidas, indecisões ou recusas de colaboração. Importa verificar se o mesmo é válido no que diz respeito ao conteúdo do questionário, se os termos utilizados, e os objectivos a alcançar eram do domínio dos párocos ou se se viam confrontados com situações inovadoras e causadoras de perplexidade e até de incompreensão.

A erudição evidenciada pelos párocos colhe-se em alusões directas a certos autores e obras, como o pároco de Ovar que cita mesmo o P.e Luís Cardoso e o *Dicionário* (com um rigor técnico notório ao indicar tomo, páginas, etc.), ou os vários que mencionam a *Chorografia* do P.e Carvalho da Costa, mas sobretudo no uso mais ou menos correcto de certa terminologia específica, como os graus de latitude e longitude, (o informador da Póvoa de Varzim tem mesmo um ar ligeiramente impertinente ao indicar a altura marítima de quarenta e um graus e meio para a vila), e na interpretação dos elementos que o questionário propõe. A própria pergunta induz imagens (as serras têm braços, os rios nascem e morrem) a que estes homens são sensíveis, que não estranham. Inquiridores e inquiridos não se movimentam em esferas culturais estranhas e distantes uns dos outros. Por vezes o inquirido tem o cuidado de precisar a forma como entendeu este ou aquele termo. As realidades a que a pergunta faz alusão não só diferem em nomenclatura conforme as regiões, mas também as próprias condições podem criar variações em torno de um mesmo tema: como entende o natural de uma freguesia de vale profundo a represa no ribeiro e o natural de freguesia de planície o açude na ribeira?

Os párocos têm muitas das vezes raízes locais ou aproximadas. E a sua mundo-visão é também nestes capítulos marcada pelas experiências próprias. Alguns mostram um desinteresse claro em tentar ir ao encontro do que lhes é solicitado, mas não têm esta atitude por ignorância crassa. O pároco de Perafita poucas respostas dá aos diferentes assuntos e logo no início remete para a *Corografia* do Pe. Carvalho da Costa. Defende-se com “a molestia que padesso bem notoria” que não “me dá lugar a munta extenção”. Estará realmente doente? Sofrerá de preguiça intelectual? Ou trata-se de má vontade em relação à hierarquia que lhe solicitava mais esta tarefa a acrescentar a tantas outras em período de vida intensa conforme fica apontado acima?⁴ Trata-se de um padre empreendedor, como parece poder deduzir-se das obras que diz ter levado a cabo desde que tomou conta da paróquia. É, com certeza, pelas alusões contidas no escasso texto que produz, alguém com leituras feitas. Alguns párocos entendem que podem opinar sobre o interesse desta iniciativa: o pároco de Massarelos remata o trabalho de resposta afirmando que tem pena de não ter “toda aquella cabalidade, que merecem tão bem fundados interrogatorios” (O Tripeiro, 1964, p.326). No final da memória de S. Martinho de Anta o pároco descreve o processo de obtenção da informação “dando noticia de tudo o que sabia e pude alcançar pera o que me imformey com pessoas antiguas desta freguezia e nam me deram

⁴ A situação de muitos destes párocos nomeados por entidades que recebiam os dízimos e outras prestações e que pagavam quantias bem diminutas aos presbíteros pelo seu trabalho criava certamente algum azedume e má vontade em relação a mais um serviço, à margem daquele que era o essencial das suas funções.

mais notícia do que asima escrevi com toda a fedilidade inteyreza pello labor e crer” (AN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 4, nº 23, p.125). Estas observações críticas e a consciência da importância das averiguações levadas a cabo com esta iniciativa espelharão essencialmente reflexões individuais e independentes ou antes processos de aprendizagem junto das autoridades mais conceituadas como, por exemplo, os académicos?

O recurso à autoridade, erudita ou não, foi a fórmula consagrada que conferia a todas as observações directas um carácter de “fidelidade”. Assim, era possível, no dizer do cura de S. Martinho de Anta, Sebastião da Fonseca Melo, que pelos interrogatórios “declaramos ou descrevessemos e diçessemos” a realidade (AN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 4, nº 23, p. 123). E a autoridade erudita nem sempre leva a melhor sobre o conhecimento directo, sobre a observação, sobre a lenda local. Por despique entre “encartados” pela mesma cartilha? Por métodos de conhecimento assentes em outros princípios, que não os da simples repetição do que era saber oficial? A verdade é que o pároco de Ovar, João Bernardino Leite de Souza, não se coíbe, em tom muito sintético, mas claro, de afirmar que “he contra a verdade, o que a este intento refere na Corografia Portuguesa (...) o Pe. António Carvalho da Costa” (Bastos, 1984, p.31). A observação orienta-se por princípios que não se identificam ainda, certamente na esmagadora maioria dos casos, com os estabelecidos pelo espírito científico dos naturalistas e outros deste mesmo século XVIII. Consciente ou não dessa diferença o pároco de S. Pedro de Maceda é muito explícito ao afirmar na resposta à pergunta 15 da III secção, “por não serem de nomes não se narram” (Bastos, 1984, p.28). O que não tinha direito a nome nesta comunidade não se impunha na descrição, e contudo era observado. Lembrete ao historiador para que não se precipite a concluir pela inexistência de realidades só por que não constam de memórias pormenorizadas !

Relativamente ao litoral que informação possibilitam as Memórias Paroquiais?

Em termos morfológicos, geológicos, climáticos a fonte abunda de indicações, que permitem detectar os condicionalismos físicos que suscitaram ou foram obstáculo intransponível às modelações dos homens que viveram nestas freguesias litorais até 1758. Os textos falam de assoreamentos, de inundações, de ventos, de marés, de caudal de rios, de restingas, de cabedelos, de poços, de fontes, de turfas, de junqueiros, de zonas alagadas periodicamente, de penedos e de rochas, de areais e de dunas.

Para os inquiridores há três possibilidades descritivas relativamente à localização da realidade em questão: a freguesia situa-se ou em campina, ou em vale ou em monte. E as respostas usam e abusam desta terminologia, limitando-se por vezes às sugestões. O facto de ser essencialmente a visão e aquilo que esta abrange a base da observação e de se desconhecem outros indicadores que permitissem a determinação da altitude, das inclinações, etc. tornam esta descrição muito dependente de critérios subjectivos: uma pequena elevação pode, porque a única abrangida pelo olhar, tornar-se desproporcionalmente grande; a importância dos limites do território da freguesia na vida dos próprios habitantes e de todas as entidades que exercem um qualquer poder sobre gentes e espaço cria também obstáculos a uma visão mais ampla. Não é fácil a estes homens ultrapassarem estas limitações e fazerem uma leitura do espaço independente. Localizar a freguesia no sopé ou na falda de uma elevação que se prolonga por várias outras freguesias pode significar dependência, ser menos que outros, ou pelo contrário

pertencer a uma entidade mais conhecida: Sta. Tecla e as freguesias do lado galego frente a Caminha são merecedoras de menção por párocos de freguesias bem distantes. Incluem-nas nas freguesias que se avistam das suas, ignorando algumas das mais próximas. O olhar selecciona em função da importância, do exótico, do diferente? Outros apercebem-se do obstáculo que o relevo e a cobertura vegetal de freguesias vizinhas podem criar e demonstram ter uma percepção do espaço que não é só condicionada pela visão. Por isso aludem a realidades geográficas que se encontram em espaços para além das fronteiras do olhar e tecem considerações sobre os mesmos. Francisco Pereira da Cruz, cura em S. Salvador de Árvore, descreve o que se descobre da sua freguesia para o Sul, “as grandes serras que impedem a vista ao celebre Convento de Arouca em distância de dez ou doze legoas” (Pinto; Santos, 1987, p.85) Esta necessidade de ultrapassar os limites e condicionalismos físicos pauta-se, como se depreende neste caso, por impressões deixadas nos autores pelas realidades mencionadas ou pela vontade de impressionar outros com estas alusões. Alguns dos párocos orientam a sua descrição pelas coordenadas de que têm conhecimento, mas não indicam se obtidas por leituras e em que obras⁵, se por ouvir dizer e a quem, ou se por capacidade para as determinarem⁶. Todos eles usando de linguagem mais ou menos arcaica, utilizam os pontos cardeais para esclarecerem a descrição da freguesia. Cerca de 75% fazem referências a 3 pontos cardeais. E distinguem o natural do construído, “se por arte ou natureza”, tal como as questões sugerem. Como as perguntas evocam algumas medições, hei-los a lançarem no papel léguas e fracções das mesmas, como indicadores de contactos com o resto do mundo: com as freguesias geograficamente vizinhas, mas por vezes estranhas a nível dos contactos humanos mais determinantes (nos casos em que não representam os mercados de trabalho, de entre-ajuda, de casamento mais frequentes), com os centros de poder vários, com os centros de comunicação (correios, etc.). A uniformidade e o tom padronizado de grande parte destas indicações de distâncias sugerem uma qualquer fonte comum, solicitadas, certamente, a uma entidade, não necessariamente para responder a este questionário, ou divulgadas pela entidade de forma sistemática junto das autoridades locais.

Em que lugar se colocam os párocos para começar a descrever a sua freguesia? Será interessante observar de que forma apreendem as realidades. O que pesa nesta escolha? Há alguma sugestão que práticas deste tipo indiquem como a correcta? Há hábitos antigos de centrar atenções? Detecta-se em todas as respostas a existência de um quadro mental, que remete para a pertença a um cenário mais vasto: a província, a comarca (no plural, já que a de referência primeira é a religiosa, mas não ignoram outras realidades), o julgado, o termo, etc.. Terá sido elaborado durante toda a vida, ouvido desde criança em fórmulas memorizadas pela comunidade e recitadas em momentos solenes quando inquiridos sobre a sua naturalidade, em lenga-lenga de quem não sabia escrever e ler, ou trata-se já de saberes adquiridos durante a profissionalização? Este quadro mental exige uma certa agilidade em termos de fronteiras espaciais, administrativas, implica o reconhecimento de uma série de autoridades e a consciência desta pertença e da cadeia hierárquica.

O enquadramento geográfico é precedido por este enquadramento administrativo na ordem com que as perguntas surgem, mas também parece ser uma realidade que cria limites à

⁵ Lembre-se a obra de Luís Caetano de Lima (1736).

⁶ É o caso do autor da memória da Póvoa de Varzim, que não é clérigo, mas sim oficial de artilharia.

descrição geográfica: os rios e ribeiras, os montes e serras, e até o próprio mar têm nomes distintos dentro dos diferentes espaços. A fronteira não reside no que fisicamente é alcançável pela vista, pelo ouvido, pela notícia, mas sim nas fronteiras administrativas. Alguns elementos ultrapassam estas visões e impõem-se até na forma como são apelidados. É o caso do mar quando surge descrito como Mar Oceano. É o reconhecimento de uma entidade una, de difícil percepção, ultrapassando os horizontes da paróquia, comum a muitas outras populações. Trata-se da forma mais vulgar de nomear o mar, e denota também a falta de uma relação pessoal, que ultrapasse o respeito, com este elemento. Pelo contrário, os termos “o mar da Póvoa” ou “o mar da costa”, ou outros idênticos, denotam a forma como os habitantes locais se apropriaram de faixas de mar que lhes são contíguas e do respeito passaram também à demarcação de fronteiras. O mar merece descrições mais detalhadas em alguns dos casos: a sua força e ímpeto, conectadas com a regularidade das marés, a sua capacidade de transformar os cursos de água próximo da foz dos rios, sendo responsável pelo nível das águas, mas também pela salinidade e pelos tipos de espécies piscícolas, as pedras que podem ser aproveitadas para portos naturais ou artificiais ou para servirem de couto ao inimigo - “e deste se ve a pedra grande que tem por nome Guilhão que só nos grandes impitos do Mar no tempo do inverno lhe passa por partes as ondas. Pedra que servia aos viscainhos de esconderijo no tempo que guerravão contra o engles” (IAN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 40, nº 198, p.933) - , ou para tornarem suicida toda a actividade pesqueira.

Há também a necessidade de criar referências para a descrição ser efectiva. O pároco olha em redor, leva o leitor a fazer um círculo com o olhar e a apreender a realidade. O ponto de onde parte para este olhar em volta raras vezes é outro que não o centro da freguesia, ou seja, a paróquia, a igreja. Tomam por isso proporções importantes os casos em que esta volta começa na praia ou onde se faz a sugestão de olhar a partir da água. Em grande parte dos casos as referências mais detalhadas são as dedicadas ao interior destes espaços. O litoral é o fim. A linha de costa é relativamente pouco importante. Define uma fronteira, um limite da terra. E essa é que é importante. Quando o olhar se demora no mar, quando se esboça a saída para o mar para apreciar a terra - “a mais graciosa vista he do mar porque do mar em distancia de hum quarto de legua e dahi para fora de donde se pode perceber com a vista” (Barbosa, 1958, p. 270) -, tal não acontece só por razões de ordem estética e de sensibilidade dos párocos. Há coincidência entre este parar e descrever do mar e a utilização que dele e dos seus recursos se faz nestas freguesias.

Casos há em que a descrição das faixas mais próximas da água merecem a atenção do descritor, não pela sua riqueza económica, não pela utilização do mar, mas pelo facto de nestes locais terem surgido ermidas, capelas, cultos. É o caso, por exemplo, de S. Tiago de Amorim, em que o pároco alude ao mar quase só para situar as capelas da Sra. das Neves e de Sto. André.

Mas também há referências à costa para tentar descrever e compreender alguns fenómenos naturais, dos quais as comunidades têm consciência se bem que não denotem a capacidade de entender. No Mindelo, o mar “com quem avezinha”, e é esta a sua grande característica, a de ser vizinho, fica separado da freguesia por uma faixa, pegada à terra baixa da freguesia, que merece um destaque: “se mete de premeyo hum grande fieiro de area, e diletado juncal marinho” (IAN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 40, nº 198, p.933). Não é

terra, mas é suficientemente importante para não ser ignorado. E esta diferenciação que se impõe ao pároco e possivelmente às gentes do Mindelo, não tem sentido para os habitantes de outros lugares, para quem as areias são o essencial: “está situada em campina de areas” afirma, por exemplo, o pároco de Ovar.

Os contornos dos fenómenos que marcam a ria em Aveiro são objecto de atenção mas, como se percebe pela pena dos vários descritores, difíceis de entender. Uma lagoa, como a vizinha de Paramos, é passível de visualização e descrição completa. Como se pode ler nas respostas dos pároco das freguesias de Paramos e Silvalde. A ria traz outros problemas. O primeiro é o da sua extensão e da incapacidade dos inquiridos em tomarem consciência dessa mesma grandeza. Descrevem o rio da sua freguesia. E por essa razão o baptismo desta extensão de água e terra em “a Ria” ainda não aconteceu e, nesta documentação, sempre o fenómeno é entendido no género masculino. Como, segundo os cânones que os autores do inquérito usaram, a descrição de um rio passa sempre pelo reconhecimento não só do seu percurso, mas também da sua nascente e foz, os inquiridos preocupam-se em encontrar resposta a estes quesitos. Em Ovar, o pároco, ao descrever o rio, o Rio d’ Aveiro, afirma peremptoriamente: “digo, que o ditto Rio tem nesta freguezia o seu principio, porque sahindo daqui das tres ilhas a saber Cobello, Ribeira e Puxadouro corre de Norte a Sul com a costa do oceano, ficando entre ambos huma faxa de area” (Bastos, 1984, p.35). E o colega de Vagos, Frei José de S. Luís, situa a vila entre o “Rio que vai para Ovar, Vouga e Aveyro e se mete no Mar pella barra que novamente se abriu” e um “rio de agoa salgada que a divide das povoaçoens de Soza e Ermida” (IAN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 38, nº 4, p. 17-18). O hábito de nomear os cursos de água de maneiras diferentes conforme eles vão passando por este ou aquele local, distinguindo a propriedade universal das águas (em Maceda o curso de água é classificado de regato pelo pároco, mas o mesmo identifica-o por cinco nomes distintos), é evidente ser uma das razões destes vários nomes da *ria*. O facto de, ao contrário de outros casos em que o descritor seguia cuidadosamente, desde a nascente à foz, o percurso, os afluentes, o caudal, etc., nenhum dos párocos envolvidos na descrição da ria ter a percepção do todo que esta representa, mostra como no caso do fenómeno da ria os meios e capacidades de observação, assim como o método científico de observar, não são do domínio destes descritores.

O processo de “morte” do rio é observado e descrito com rigor em muitos casos. Sirvam de exemplo as palavras de Manuel de Resende, abade de S. Tiago de Silvalde: “ vai o ryo morrer em hua lagoa que he da freguezia de Paramos, que se abre para o mar estando cheya algumas vezes no anno, e metesse o dito ryo na lagoa só no tempo de inverno, que no verao nao entra na lagoa, por ficar a embeberçe nas areas desta freguezia junto ao mar.” (IAN/TT, Dicionário Geográfico, vol. 35, nº 163, p. 1222). A linha de costa e as transformações ocorridas na mesma, assim como as consequências deste fenómeno na paisagem, mas também na actividade produtora dos seus habitantes merecem a atenção dos clérigos inquiridos. As descrições dos fenómenos entrelaçam-se, grande parte das vezes, nas explicações, algumas fruto de experiência vivida e verificação empírica, outras cimentadas no princípio da autoridade. Tomé Nunes Pereira de Resende, vigário de S. Tomé de Mira, refere, na descrição da lagoa de Mira, a tradição da presença do apóstolo S. Tomé na antiga cidade, que fora engolida pela lagoa. Tem o cuidado de afirmar tratar-se de tradição, para logo em seguida juntar argumentação em favor da tradição com elementos vários. Entre eles os achados arqueológicos. Mas não

deixa de ir fornecendo os elementos que lhe parecia explicavam um passado diferente do presente: por as areias “terem alagado munta parte da lagoa e terem crescido as agoas” há topónimos, como “ilha” que perderam o significado. O grau de empobrecimento da freguesia tem a sua explicação nos processos de erosão: “Pella parte do poente e norte hé toda cercada de areas que, com a continuação dos ventos e cheas, a vam alagando por lhe faltar os resgoardos que, antigamente, tinha de matos e arvores de que estava povoado tudo o que hoje são areas” (Marques, 1993, p. 172). Esta preocupação em justificar o grau de desenvolvimento económico das terras nas condições orográficas e hidrográficas⁷, patente em grande parte das Memórias, encontra nestes aspectos da erosão provocada por águas e ventos um novo cambiante. Em Fão, o vigário Miguel Rodrigues Álvares, louva a qualidade da produção agrícola em virtude da fertilidade da terra, mas sublinha a sua diminuta quantidade. E explica-a pelo facto de parte da população ser uma população de pescadores e porque a maior parte do chão da freguesia “se acha areado, por estar vizinho ao mar, que as lança fora em abundancia tanta, que tem quasi sumergido a freguesia” (Losa, 1984, p. 68) A receita para impedir as transformações ao longo das estações e das marés, dos ventos e dos anos, é retomada pelo pároco de Moledo, que descreve a parte serrana da sua freguesia como “aspera e inculta por estar fronteira ao mar oceano e tambem pela sua altura exposta aos ventos Nortes” (Busquets, 1944, p. 135). A parte cultivável da freguesia só o é por saber muito antigo que levou à defesa intransigente de “huma notavel mata, ou arvoredado que chamam o Camarido”, e que serve “de defender das areas da praia as terras desta freguesia, da de Cristello e de outras que estam com ella defendidas, que a nam se conservar este arvoredado já nam teriam estas freguesias terras em que grangeassem o seu sustento” (Busquets, 1944, p. 135).

Os autores interpretam as realidades que observam ou que outros observaram e lhes contaram segundo certo tipo de preocupações, que de forma alguma traduzem mais do que isso mesmo: as suas sensibilidades e preocupações. O empirismo detectado nestes processos serve-se por vezes de factos históricos para se sustentar: as pessoas mais velhas que são chamadas a dar opinião e que são citadas ou até mesmo em alguns casos, como por exemplo, em Mira, a citação ou transcrição de documentos de outras épocas, que são introduzidos no texto para basear a argumentação.

As *Memórias* reflectem mudanças, transformações no equilíbrio ambiental das zonas costeiras. Os párocos têm consciência que a autoria dessas transformações se divide por factores naturais e humanos. Estes surgem invariavelmente conectados com uma acção positiva, com uma vitória sobre a natureza. Num discurso que privilegia a tradição, a autoridade dos autores consagrados (tanto escritos como orais), mas que cede lugar à observação própria, empírica, raras vezes norteadas por princípios objectivamente científicos, há lugar para a comparação entre realidades. Este acto descritivo e a comparação entre o antes e o vivido, que não se inscrevem necessariamente numa linha evolutiva de progresso - perduram as noções das idades de ouro passadas - permitem a reconstituição de aspectos da morfologia das zonas costeiras. A sua interpretação em conjugação com outras áreas do saber e com dados retirados de outras fontes revelará certamente elementos determinantes das variações do nível do mar e do clima,

⁷ Alguns apontam outro tipo de razões, mas nem sempre de forma tão clara e livre quanto o pároco de Gemezes: “he esta freguesia pobre posto que nella se colha bastante”; “he pobre por serem as terras de senhorios, e pagarem muitas pensoens e terem poucas terras dizimas a Deos” (Losa, 1985, p. 126).

das sedimentações e da acção humana.

Fontes e bibliografia:

- IAN/TT, Dicionário Geográfico, Anta, vol. 4, nº 23, p.123-126
Paramos, vol. 27, nº 79, p.491-511
Mindelo, vol.23, nº 148, p.933- 936
Silvalde, vol. 35, nº 163, p.1217-1223
Vagos, vol. 38, nº 4, p.17-27
Vila do Conde, vol. 40, nº 195, p. 1161-1186
- “Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758”, *O Tripeiro*, 1964, Série VI, Ano IV, p.324-326; 1965, Série VI, Ano V, p. 193-196;1966,Série VI, Ano VI, p.314-315.
- Amorim, Inês, 1994, “Memória Paroquial de Aveiro de 1758: um inquérito promovido pela coroa”, *Boletim Municipal de Aveiro*, Aveiro, C. M. Aveiro, Ano XII, nº 23/24, p. 13-24.
- Aguilar, Manuel Busquets, 1944, *Cristêlo*, Lisboa, p. 51-54.
- Azevedo, Pedro de, Figueiredo, A. Mesquita, 1895, “O Dicionário Geographico do Pe. Luís Cardoso”, *Archeologo Português*, vol.1, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 267-268; vol.2, 1896, p. 62-63.
- Barbosa, Fernando, 1958, “ O Concelho da Póvoa de Varzim no séc. XVIII - As memórias paroquiais de 1736 e 1758” , *Boletim Cultural da Póvoa Varzim*, vol.1., nº 2, Póvoa de Varzim ,C.M.P.V, p. 258-343.
- Bastos, Manuel Pires, 1984, *O concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, p.9-12; p.13-17; p.19-23; p.25-28; p.29-36.
- Capela, J. Viriato, Borralheiro, Rogério, 1998, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Barcelos, C.M.Barcelos.
- Cardoso, Pe. Luís, 1747 e 1751, *Dicionário Geográfico, ou notícia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeias, rios, ribeiros, e serras dos reinos de Portugal e Algarve com todas as cousas raras que nelle se encontram, assim antigas como modernas*, 2 tomos, Lisboa, Regia Off. Sylviana.
- Chorão, M^o. José Bigotte, 1987, “Inquéritos promovidos pela Coroa no séc. XVIII”, *R.H.E.S.*, 21, Lisboa, p.93 - 130.
- Costa, Francisco Barbosa da, 1983, *Memórias paroquiais de Vila Nova de Gaia, 1758*, V. N. Gaia, C.M.Vila Nova Gaia, p. 91-94, 137-141, 153-165.
- Costa, Pe. António Carvalho da, 1706-1712, *Corographia Portugueza e Descrição Topographica do Famoso Reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Valentim Deslandes.
- Lima, Luiz Caetano de, 1736, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, 2 vols., Lisboa, Of. José António da Silva.
- Losa, António, 1983, “Freguezia de S. Miguel do Couto da Apúlia”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 3, Esposende, C.M.Esposende, p.68-69.
- Losa, António, 1983, “Freguezia de Sam Fins de Belinho”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 3, Esposende, C.M.Esposende, p.69-71.
- Losa, António, 1984, “S. Payo de Fam”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 5, Esposende,

C.M.Esposende, p.67-70.

-Losa, António, 1985, “Relação da Villa de Esposende”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 7/8, Esposende, p.99-103; p.127; p.128.

-Marques, Maria Alegria Fernandes, 1993, *As Terras de Mira. Perspectiva histórica*, Mira, C. M. Mira, p.165-172.

-Pinto, Maria Eduarda C., Santos, António Monteiro, 1997 “Memórias Paroquiais”, *Vila do Conde. Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, nº 19, Vila do Conde, p. 84-87; 92-95; 125-128.

-Felgueiras, Guilherme, 1958, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos., p. 774-781; 815-822.

-Oliveira, J. Nunes, 1997, *A “Beira Alta” de 1700 a 1840. Gentes e subsistências* Coimbra, Faculdade de Economia, (tese de doutoramento policopiada).

-Freitas, Eugénio A. C. , 2001, *Vila do Conde.2. História e Património*, Vila do Conde, C.M. Vila do Conde, p. 269-288.

Referência documental das Memórias e respectiva publicação

(nota: na indicação da fonte pressupõe-se a indicação completa de I.A.N./T.T., Dicionário Geográfico. As memórias são indicadas segundo a ordem geográfica Norte/Sul; há publicações em que a indicação da fonte é omissa)

VILARELHO, N. Sra. da Encarnação

Alves, Lourenço, *Caminha e seu concelho. Monografia*, Caminha, C.M.Caminha, 1985, p.407-409.

CRISTELO, S.Tiago

vol. 11, nº 312, p.2161-2163.

Aguilar, Manuel Busquets, *Cristêlo*, Lisboa, 1944, p. 51-54.

MOLEDO, S. Paio

vol. 23, nº 2, p.1103-1109.

Aguilar, Manuel Busquets, *Moledo*, Lisboa, 1944, p.127-136.

GONTINHÃES, Sta. Maria (Vila Praia de Âncora)

vol. 17, nº 82, p.447-458.

Alves, Lourenço, *Caminha e seu concelho. Monografia*, Caminha, C.M.Caminha, 1985, p.517-518 (só reproduz parte da 1ª secção).

BELINHO, S. Pedro Fins

Losa, António, “S. Pedro Fins de Belinho”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 3, Esposende, 1983, p.69-71.

MAR, S. Bartolomeu

Losa, António, “Relação da Villa de Esposende”, “Mar”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 7/8, Esposende, 1985, p.127.

MARINHAS, S. Miguel

Losa, António, “Relação da Villa de Esposende”, “Marinhas”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 7/8, Esposende, 1985, p.128.

ESPOSENDE, Sta. Maria dos Anjos

Losa, António, “Relação da Villa de Esposende”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 7/8, Esposende, 1985, p.99-103.

FÃO, S. Paio

Losa, António, “S.Payo de Fam”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 5, Esposende, 1984, p.67-70.

APÚLIA, S. Miguel

Losa, António, “S. Miguel do Couto de Apúlia”, *Boletim Cultural de Esposende*, nº 3, Esposende, 1983, p.68-69.

ESTELA, Sta. Maria

vol. 14, nº 83.

Barbosa, Fernando, “O Concelho da Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural Póvoa de Varzim*, Vol. I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p.296-298.

NABAIS, S. Salvador

vol.42, p.223.

Barbosa, Fernando, “O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p.301.

AMORIM, S. Tiago (A-Ver-o-Mar)

Barbosa, Fernandes, “O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p.286-287.

BEIRIZ, Sta. Eulália

Barbosa, Fernandes “O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol.I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p.293-295.

PÓVOA DE VARZIM, Nª. Sra. da Conceição

vol. 42, p.346.

Barbosa, Fernando, “O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p.301.

Notícia da Vila da Póvoa de Varzim, feita a 24 de Maio de 1758. Memória do tenente Veiga Leal.

Barbosa, Fernando, “O Concelho de Póvoa de Varzim no Século XVIII”, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. I, nº 2, Póvoa de Varzim, 1958, p. 306-340.

VILA DO CONDE, S. João Baptista

vol. 40, nº 195, p.1161-1186.

Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, *Vila do Conde. 2. História e Património*, Vila do conde, C.M. Vila Conde, 2001, p. 269-288.

antes publicado em *Vila do Conde. Boletim Cultural da C. M. Vila do Conde*, 1ª série, nº 2, Vila do Conde, 19

AZURARA, Sta. Maria

Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, “Memórias Paroquiais”, *Vila do Conde, Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 19, Vila do Conde, 1997, págs. 92-95.

ÁRVORE, S. Salvador

Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, “Memórias Paroquiais”, *Vila do Conde, Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 19, Vila do Conde, 1997, págs. 84-87.

MINDELO, S. João Evangelista

vol. 40, nº 198, p.933-936.

LABRUJE, S. Tiago

Pinto, Maria Eduarda C., Santos, Antonio Monteiro, “Memórias Paroquiais”, *Vila do Conde, Boletim Cultural de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 19, Vila do Conde, 1997, p. 125-128.

LAVRA, S. Salvador

vol. 19, nº 66, p.481-490.

Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p.815-820.

PERAFITA, S. Mamede

vol. 27, nº 75, p.496-472.

Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 820-822.

MATOSINHOS, S. Salvador de Bouças

vol. 23, nº 96, p. 633-640.

Felgueiras, Guilherme, *Monografia de Matosinhos*, Matosinhos, C. M. Matosinhos, 1958, p. 774-778.

NEVOGILDE, S. Miguel

vol. 25, nº 21, p. 129-132.

“Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758”, *O Tripeiro*, Série VI, Ano VI, Porto, 1966, p.182-183.

FOZ, S. João Baptista

vol.16, nº 139, p.879-889.

“Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758”, *O Tripeiro*, Serie VI, Ano V, Porto, 1965, p. 193-196.

LORDELO DO OURO, S. Martinho

vol. 21, nº 122, p.1133-1138.

“Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758”, *O Tripeiro*, Série VI, Ano V, Porto, 1965, p.314-315.

MASSARELOS, Sta. Maria da Boa-Viagem

vol. 22, nº. 1, p.39-45.

“Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758”, *O Tripeiro*, Série VI, Ano IV, Porto, 1964, p.324-326.

VILA NOVA DE GAIA, Sta. Marinha

vol. 40, p.1437-1453.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.153-165.

CANIDELO, Sto André,

vol. 9, p.135-137.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.53-55.

MADALENA, Sta. Maria

vol. 22, p.187-190.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.91-94.

VALADARES, S. Salvador

vol. 38, p.403-408.

Costa, F. Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C.M.Vila Nova Gaia, 1983, p.187-191.

GULPILHARES, Sta. Maria

vol. 17, p.333-337.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.75-79.

ARCOZELO, S. Miguel

vol. 4, p.287-300.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.23-32.

S. FÉLIX DA MARINHA

vol. 22, p 397-402.

Costa, Francisco Barbosa, *Memórias Paroquiais de Vila Nova de Gaia 1758*, Vila Nova de Gaia, C. M. Vila Nova de Gaia, 1983, p.137-141.

ANTA, S. Martinho

vol. 4, nº 23, p.123-126.

SILVALDE, S. Tiago

vol. 35, nº 163, p.1217-1223.

PARAMOS, Sto. Tirso

vol. 27, nº 79, p. 491-511.

ESMORIZ, Sta. Maria

vol.14, nº 61.

Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p.19-23.

CORTEGAÇA, Sta. Marinha

vol.11, nº 388.

Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p.13-17.

MACEDA, S. Pedro

vol. 22, nº 47.

Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p.25-28.

ARADA, S. Martinho

vol.4, nº 33.

Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas “Memórias Paroquiais” (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p.9-12.

OVAR, S. Cristovão

vol. 26, nº 45, p. 347-360.

Bastos, Manuel Pires, *O Concelho de Ovar nas "Memórias Paroquiais" (1758)*, Ovar, Paróquia de Ovar, 1984, p.29-36.

AVEIRO

vol. 5, n° 44, p.799-820.

Amorim, Inês, "Memória Paroquial de Aveiro de 1758: um inquérito promovido pela coroa", *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano XII, n° 23/24, Aveiro, 1994, p. 13-24.

VILA DE VAGOS, S. Tiago Maior

vol. 38, n° 4, p.17-27.

MIRA, S. Tomé

vol. 23, p. 973-991.

Marques, Maria Alegria Fernandes, *As Terras de Mira. Perspectiva histórica*, Mira, C. M. Mira, 1993, p.165-172.

